

SUBSÍDIOS PARA CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL

Análise de Conjuntura

Introdução

O presente material tem como objetivo subsidiar o Sindicato dos Professores de São Paulo (APEOESP) no processo da campanha salarial dos professores da rede estadual de ensino e na defesa da categoria.

Ele está dividido em duas partes. Na primeira, traz uma breve análise dos principais indicadores da conjuntura econômica nacional e das contas públicas do Estado de São Paulo. Na segunda, apresenta alguns dados conjunturais do quadro do magistério paulista, tais como: indicadores orçamentários e evolução dos empregos e salários. A exposição dos dados permite o conhecimento dos indicadores conjunturais em uma linguagem simples e acessível.

Nós estamos enviando especialmente a você, Representante de Escola e Representante dos Aposentados, para que você possa ter argumentos sólidos para conversar com seus colegas professores, com os estudantes e seus pais e com outras pessoas da sua comunidade sobre o movimento que deverá desaguar na greve da nossa categoria.

O estudo demonstra que o Estado tem recursos e também as opções políticas que o governo estadual vem fazendo, em detrimento das necessidades do magistério e da qualidade de ensino.

Boa leitura a todos e todas.

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

1. Conjuntura Econômica Nacional

1.1. Contas Nacionais

O Produto Interno Bruto (PIB) acumulado ao longo do ano de 2012, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exibiu um avanço de 0,9%. Sob a ótica da oferta, os componentes apresentaram resultados bem diferentes: a agropecuária fechou com queda de 2,3%, seguida pela indústria com redução 0,8%, já o setor de serviços manteve a trajetória de crescimento, e fechou o acumulado de janeiro a dezembro, com crescimento de 1,7%.

1.2. Inflação

Numa economia aberta como a do Brasil, a elevação dos preços internacionais das commodities agrícolas e minerais (trigo, milho, soja, açúcar, petróleo, minério de ferro, etc) é transmitida mais rapidamente para os preços internos.

No mês dezembro de 2012 a inflação medida pelo ICV-DIEESE foi de 0,43%, resultado que contribuiu para fechar o ano em 6,41%. A alimentação novamente foi a principal responsável pela elevação dos índi-

ces inflacionários em 2012, o item Alimentação medido pelo ICV-DIEESE cresceu 9,98%, e a Alimentação fora do domicílio 10,86%.

1.3. Cesta Básica e Salário mínimo necessário

Em 2012 os preços da cesta básica apresentaram alta em todas as 17 capitais onde o DIEESE realizou mensalmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. São Paulo continuou a capital onde se apurou o maior valor para a cesta básica, de R\$ 304,90, aumento de 9,97% no ano.

Com base neste valor apurado para a cesta e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o salário mínimo necessário. Para dezembro, o menor salário pago deveria ser R\$ 2.561,47 – que corresponde a 4,12 vezes o mínimo em 2012, de R\$ 622,00.

1.4. Mercado de Trabalho

O aumento do número de ocupações foi de 2,0% nas Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, porém a dinâmica do mercado de trabalho não está desassociada da economia nacional, há significativa variação entre os setores econômicos, enquanto o nível de ocupação no setor de Serviços e de Construção cresceu, em respectivamente, 3,0% e 6,0%, o de Comércio e reparação de serviços automotivos variou positivamente em apenas 0,6%, e houve redução de 0,7% na indústria de transformação.

Em São Paulo, o nível de ocupação cresceu somente 1,2%, o aumento no setor da Construção (4,0%) e de Serviços (3,4%) não foi suficiente para manter a taxa de ocupação no mesmo ritmo das demais regiões metropolitanas, pois a Indústria de transformação teve queda de 1,6% e no Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas houve redução de 2,7%.

2. Contas Públicas do Estado de São Paulo

2.1. Receitas

Em 2012, a Receita Tributária Bruta real cresceu 1,94% e fechou o ano em 127,8 bilhões, ante R\$ 125,3 bilhões no ano de 2011. A Receita Tributária Líquida (RTL) - parcela que se deduz as transferências constitucionais para os municípios – cresceu 1,93% em relação ao ano anterior. A RTL cresce a três anos consecutivos, consolidando recuperação após 2009, ano em que o resultado, em termos reais, da RTL foi negativa (-0,86%). Entretanto, embora crescente, a Receita Tributária apresenta crescimento menos

vigoroso (1,93% em 2012) que em anos anteriores (11,03% em 2010 e 3,55% em 2011), o que reflete um desempenho da economia mais baixo no ano de 2012. Porém, o último semestre aponta para uma conjuntura de aumento da arrecadação, o crescimento foi de 3,16% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, representando o melhor desempenho trimestral em 2012.

Apesar do fraco desempenho da economia nacional em 2012, as perspectivas para 2013 são mais favoráveis, de modo que a arrecadação em São Paulo tende a retomar o ritmo de crescimento.

2.2. Despesa de Pessoal do Poder Executivo do Estado – Limites Fiscais

Embora os limites para a despesa de pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Estado de São Paulo não sejam há muitos anos impeditivo para aumento global da folha de pagamento, importa ressaltar o resultado do 3º quadrimestre de 2012. A Despesa de Pessoal (DP) ficou em R\$ 48,9 bilhões, enquanto que a Receita Corrente Líquida (RCL) realizada foi de R\$ 115,3 bilhões, resultando em 42,4% a relação da DP sobre a RCL. Para fins de apuração

dos limites com a DP pela LRF, este é o maior nível desde 2006, porém distante do limite prudencial de 46,55%.

Em conta rápida e simples percebemos que o governo de São Paulo possui uma “margem” de R\$ 4,8 bi-

lhões para elevar a DP, considerando o limite prudencial.

3. Conjuntura setorial da área da educação

3.1 O gasto com Educação

Em 2012, o Governo do Estado de São Paulo empenhou na função Educação o total de 32,2 bilhões de reais. Os valores são altos em relação ao orçamento, porém ao se analisar as escolhas políticas que o governo estadual realizou nos últimos anos verifica-se que somente determinada parcela destes recursos chega às escolas da rede estadual de Educação Básica.

Em um primeiro recorte observa-se que 30,13% (9,7 bilhões) dos recursos da educação foram destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia, a qual destina recursos para as universidades estaduais, a FAPESP e o Centro Paula Souza, e outros 0,65% vão para três secretarias, o restante 69,22% é destinado a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEESP.

Porém, conforme a lei orçamentária do ano de 2012 o Centro Paula Souza também atende alunos na Educação Básica, e executou no presente ano o total de 87,2 milhões de reais na manutenção do ensino médio, o que corresponde a 0,4% da despesa total na Educação Básica.

Portanto, 99,6% (22,3 bilhões) das despesas da Educação Básica são pagas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE), destas 13,9 bilhões (62,3%) são despesas com pessoal e encargos sociais, 7,7 bilhões (34,9%) com Outras Despesas Correntes e 2,7% em investimentos.

Poderíamos supor que as mais de 5 mil escolas estaduais receberiam direta ou indiretamente (através dos órgãos centrais e regionais),

os recursos dispendidos pela SEE, porém é necessário resgatar duas escolhas políticas adotadas nas últimas décadas.

A primeira refere-se ao regime de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo, no qual os servidores contribuíram para a manutenção da previdência estadual, mas a administração pública não aportava os recursos para constituição e manutenção do fundo. Ao longo dos anos este descompromisso gerou déficit previdenciário.

O Estado, por sua vez, não criou rubrica específica para este pagamento, quando o correto seria que todas as despesas fossem pagas como previdência. Porém, atualmente retira-se de cada secretaria os valores para pagamento de aposentados e pensionistas. Deste modo, a SEESP foi responsável pelo pagamento de mais de 5,7 bilhões para aposentados e pensionistas em 2012, abatidas as atuais contribuições dos servidores (alíquota de 11%) e do Estado (alíquota de 22%) ainda transferiu como insuficiência financeira 3,38 bilhões para SPPREV. O Estado que não aportou os recursos anteriormente para o regime de previdência é o mesmo que retira hoje os recursos da educação. Ao invés, de reconhecer a dívida e pagá-la como Previdência, subverte e retira os recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Na 7ª edição do Manual de Relatório Resumido da Execução Orçamentária, produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, há indicação clara de que a forma de pagamento atual está incorreta, como pode ser observado no trecho abaixo:

“(…) conclui-se que, para fins do limite constitucional com manuten-

ção e desenvolvimento do ensino, devem-se considerar apenas as despesas destinadas à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais em educação, e que exerçam cargo, emprego ou função na atividade de ensino, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimento: remuneração, proventos e pensões. As despesas com inativos e pensionistas devem ser mais apropriadamente classificadas como Previdência.”

A segunda escolha política realizada pelo governo do Estado foi a municipalização do ensino fundamental. A partir de 1995, a SEE concentrou as suas forças em uma pretensa reestruturação da rede de ensino estadual, que pretendia melhorar a qualidade de ensino e a gestão pública das escolas, porém o que se constatou foi uma municipalização exacerbada das escolas estaduais, em um ritmo intenso, sem qualquer planejamento pedagógico.

Tal política pública ocasionou perda de recursos financeiros com o FUNDEF, e posteriormente com o FUNDEB, por diminuir a rede de atendimento. Devido a isso, em 2012 o governo do Estado de São Paulo perdeu mais de 4 bilhões de reais com o FUNDEB, fruto da política de municipalização.

Este resultado negativo do FUNDEB/FUNDEF entra no orçamento da Secretaria de Educação do Estado como contribuições para manutenção e desenvolvimento do ensino, mas as escolas estaduais não recebem tal recurso.

Assim, em 2012 a SEE deixou de aplicar nas escolas da rede estadual 7,39 bilhões (Tabela 1).

TABELA 1

**Execução da Despesa da Secretaria de Educação, por grupo e elemento de despesa
Estado de São Paulo, 2012**

Despesa por Grupo e Elemento	Execução Orçamentária (Liquidado)	Participação (%) em relação ao total
Pessoal e Encargos Sociais	13.902.176.121,96	62,34%
APOSEN.DO RPPS,RESER.RENUM.E REF.DO MILITAR	564.113,21	0,00%
SALARIO FAMILIA	359.652,80	0,00%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	8.543.066.382,29	38,31%
AUXILIO TRANSPORTE	181.563.141,10	0,81%
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.463.674,23	0,01%
OBRIGACOES PATRONAIS	1.788.348.690,90	8,02%
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA AO SPPREV	3.386.810.467,43	15,19%
Outras Despesas Correntes	7.795.988.029,49	34,96%
PERDA FINANCEIRA FUNDEB - MUNICIPALIZAÇÃO	4.003.247.982,38	17,95%
Investimentos	602.809.356,72	2,70%
Total Geral	22.300.973.508,17	100,00%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP

Ao verificar que a receita dos impostos vinculados a educação atingiu 94,2 bilhões em 2012, pode-se comparar o quanto o governo do Estado de São Paulo investe na Educação Básica na rede estadual. O

investimento do Centro Paula Souza (87,2 milhões) e da SEE (22,3 bilhões) deduzidas as parcelas que não são investidas na rede estadual (3,38 bilhões da insuficiência financeira ao SPPREV e 4 bilhões do resultado ne-

gativo do FUNDEB), resulta no total de 14,9 bilhões aplicados na manutenção e desenvolvimento da Educação Básica, ou 15,9% da receita de impostos e transferências constitucionais (Tabela 2).

TABELA 2

**Percentual de aplicação das receitas vinculadas a Educação Básica
Governo do Estado de São Paulo, 2012**

Receita vinculada a MDE	94.229.880.883,70
Despesas da Educação Básica	
Centro Paula Souza	87.289.315,97
Secretaria de Educação do Estado de São Paulo	22.300.973.508,17
(-) INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA AO SPPREV	3.386.810.467,43
(-) PERDA FINANCEIRA FUNDEB - MUNICIPALIZAÇÃO	4.003.247.982,38
Despesa Efetiva na Educação Básica	14.998.204.374,33
Percentual de Aplicação das receitas vinculadas a Educação Básica	15,92%

Fonte: Secretaria da Fazenda de São Paulo
Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP/CEPES

Este é o percentual válido para avaliarmos a política educacional do estado de São Paulo.

Em tempos que se tornou modismo atribuir todos os problemas da educação a uma gestão eficiente dos recursos do poder público, ou como a própria diretriz do Plano Plurianual de 2012 a 2015 que define o Estado como “criador de valor público pela excelência de gestão”, verificamos que alternativas tomadas em longo prazo impactam decisivamente na

educação paulista, ao contrário de medidas pontuais e descoordenadas como a política de bonificação por desempenho, que não altera a estrutura da rede de ensino e serve somente como instrumento de visibilidade do governo.

3.2 Categoria O

Em 2012, não houve variação significativa entre professores efetivos e ocupantes de função atividade (OFA). Entretanto, entre os profes-

sores OFA houve expressiva alteração no tipo de vínculo trabalhista. Em setembro de 2012, os professores “categoria F” representavam 31% (68,8 mil) do total de professores, um ano depois, a participação caiu para 27,6% (64 mil professores). Já os professores “categoria F” foram de 12 mil para somente 7 no período, grande parte se tornou “categoria O”, que disparou de 22 mil para 48,5 mil, crescimento de 115% (Tabela 11).

4. Evolução do salário base e perdas salariais acumuladas

Entre mar/98 a dez/2012, o salário base do professor PEBI, com jornada de 24 horas, foi reajustado em 121,79%, como resultado das lutas da categoria, inclusive greves e paralisações, organizadas pela APEOESP. Neste intervalo, a categoria teve alterações salariais, entre reajustes e incorporação de gratificações.

Entretanto, os reajustes e incorporações não foram suficientes para recompor o poder de compra

dos salários no período analisado. Aumentando a distância entre a remuneração média dos professores e a remuneração média dos demais profissionais com ensino superior completo.

Em 2011, conforme dados da RAIS (Relação Anual de informações Sociais) a remuneração média dos professores que atuavam na Educação Básica, com ensino superior completo, equivalia a R\$ 2.520,25,

ou apenas 50,7% da remuneração média (R\$ 4.975,54) das demais ocupações com ensino superior completo, no estado de São Paulo.

Os professores no Estado de São Paulo representam 21,7% dos profissionais com ensino superior completo, porém a massa salarial destinada ao conjunto de professores é de somente 11% dos rendimentos totais das ocupações com ensino superior completo (Tabela 3).

TABELA 3

Remuneração de média, nº trabalhadores e massa salarial, dos profissionais com ensino superior completo. Estado de São Paulo, 2011

Ocupações	Nº de Trabalhadores	Remuneração Média	Massa Salarial
Professor na Educação Básica com Superior Completo	452.297	2.520,25	1.139.902.768,95
Demais Ocupações com Ensino Superior Completo	2.087.359	4.975,54	10.385.739.659,22
Relação Professores/ Demais Ocupações	21,7%	50,7%	11,0%

Fonte:RAIS/MTE

Elaboração: DIEESE - Subseção APEOESP

5. Em defesa dos aposentados

A APEOESP tem mantido uma luta constante em defesa dos aposentados e contra todas as políticas discriminatórias do governo estadual.

Um exemplo é a obtenção na Justiça de várias decisões favoráveis ao pagamento de bônus para os professores e demais integrantes da classe de suporte pedagógico aposentados.

Atualmente, a APEOESP iniciou a execução de duas dessas ações: a que se refere ao bônus de 2000, pago em fevereiro de 2001 e a que se refere ao bônus de 2002, pago em fevereiro de 2003. Elas se referem a um período no qual o pagamento do bônus não era feito com base em lei aprovada na Assembleia Legislativa. Agora, a lei veda o pagamento aos aposentados, mas

a APEOESP não cessará de lutar para que este pagamento seja extensivo a todos.

Para nós, os recursos devem ser direcionados para reajustes salariais, extensivos aos aposentados, mas consideramos que o bônus, enquanto existir, também deve ser pago aos aposentados.

5. Conclusão

Nos últimos anos, o país cresceu num ritmo mais intenso que o das duas décadas anteriores. Este resultado esteve apoiado no aumento do valor real do salário mínimo, em programas de transferência de renda, e no crescimento econômico mundial.

Em 2012, houve desaceleração do crescimento, puxado para baixo pelo resultado negativo da indústria de transformação, mas no último trimestre esta já apresenta sinais de melhora, e se projeta crescimento superior no ano de 2013. Porém, com o setor de serviços aquecido, o crescimento alcançado proporcio-

nou que os cofres públicos fechassem com aumento real da arrecadação.

O ambiente econômico favorável, alinhado ao regime democrático, possibilitou na última década a melhoria do poder de compra dos salários. No entanto, esta melhora não foi suficiente para recompor o poder de compra dos professores, que acumulam perdas salariais históricas, uma vez que, o aumento da arrecadação no Estado de São Paulo não foi revertido para valorização dos profissionais da educação, e a contradição do Governo do Estado de São Paulo aumenta quando ve-

rificado que na atual conjuntura os limites fiscais e orçamentários não se constituíram em barreiras para aumentos salariais reais.

Por isto e também por outras reivindicações que envolvem condições de trabalho, a dignidade da nossa profissão e a qualidade do ensino, estamos nos preparando para uma greve, visando fazer com que o governo venha para mesa de negociações e atenda as necessidades do magistério. É tarefa de todos nós, nas escolas e nas comunidades, esclarecer sobre a justeza do nosso movimento para que ele seja amplo e forte.

Assembleia

15 de Março • 14 h

Praça da Sé

com Paralisação

(ao final, caminhada até a Praça da República)

Em abril, os PROFESSORES VÃO PARAR!

- **Por reajuste salarial já**
- **Pela Jornada do piso**
- **Pelos direitos da categoria 0**
- **Contra a remoção ex-officio**

- Governador, cumpra a lei: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preparação de aulas!
- Reposição salarial de 36,74% e complementação do reajuste referente a 2012;
- Dignidade na contratação, condições de trabalho e atendimento no IAMSPE para os professores da categoria 0!
- Fim da remoção ex-officio e da designação de professores das Escolas de Tempo Integral;
- Regime de dedicação exclusiva para todos, por opção de cada professor(a);
- Melhores condições de trabalho e políticas de prevenção do adoecimento dos professores;
 - Fim da lei das faltas médicas;
- Fim dos descontos de faltas e licenças médicas para efeito de aposentadoria especial;
- Fim das provinhas e avaliações excludentes;
- Por um plano de carreira que atenda às necessidades do magistério.

• Converse com seus colegas
• Converse com estudantes e pais
• Participe das atividades

Professor, torne-se o representante da APEOESP na sua escola

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUTI**